



RELATÓRIO DE AUDITORIA

DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

JANEIRO/2017

CONTENCIOSO CÍVEL

JUSTIÇA ESTADUAL (RECIFE – PE)

1. Processo: 0033427-15.2015.8.17.0001

Natureza do procedimento: Cível;

Tipo de Ação: Ação de Responsabilidade Civil c/c Indenização por Perdas e Danos

Data da Distribuição: 02/07/2015;

Vara: 14ª Vara Cível da Capital – Seção A

Jurisdição: Recife – PE;

Valor da Causa: R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)¹;

Valor estimado: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)²

Depósito judicial: não há

Autores/Reconvindos: Aruanã Energia S.A.

Réus/Reconvintes: **DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** e Outro

Pedidos: Cuida-se de ação indenizatória ajuizada pela ARUANÃ ENERGIA S.A., sociedade que integrou o quadro societário das CENTRAIS ELÉTRICAS DE PERNAMBUCO S.A. – EPESA até setembro de 2009, e pelos acionistas daquela, ROBERT JAMES MCKINNON e BRIAN RAY BREWER, contra a **DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** e DIONON LUSTOSA CANTARELI JÚNIOR em virtude da instauração de Inquérito Policial no ano de 2012, que culminou no indiciamento dos Autores Pessoas Físicas pelo cometimento de crime capitulado no art. 195, XI da Lei 9.279/03 (concorrência desleal). Pleiteia-se a condenação dos Réus ao pagamento de indenização a título de danos morais em virtude da prática dos atos descritos acima.

Fase jurídica do processo: Ao protocolar sua peça de defesa afastando os fundamentos da petição inicial, os Réus/Reconvintes apresentaram Reconvenção (instituto processual que permite a contraposição de pedidos nos mesmos autos), tendo em vista que os Autores Pessoas Físicas também deram início a procedimento criminal instaurado em 2013 contra o Réu DIONON CANTARELI, o qual foi sumariamente arquivado em virtude da falta de indícios do cometimento de crime. Por conseguinte, tramitam nos mesmos autos pedidos indenizatórios dos Réus contra os Autores em valores que deverão ser arbitrados na ocasião do julgamento. Ambas as partes já replicaram as defesas apresentadas pelos oponentes, razão pela qual os autos estão conclusos aguardando manifestação do Juízo.

Probabilidade de perda: Remota

Recife – PE, 30 de janeiro de 2017.

Paulo Elísio Brito Caribé
OAB/PE 14.451

¹ Valor atribuído em total dissonância com as decisões proferidas em processos desta natureza;

² Valor atribuído considerando-se a atual sistemática de julgamento implementada com o Novo Código de Processo Civil (observância dos precedentes jurisprudenciais como parâmetros para indenizações de cunho extrapatrimonial);